



EDIFÍCIO SEDE









Pormentor do Bloco Poente do Edifício Sede da CGD
fonte: Secção de Fotografia – Serviços Sociais CGD



Pormentor do cubo na Entrada Sul do Edifício Sede da CGD
fonte: Secção de Fotografia – Serviços Sociais CGD



EDIFÍCIO SEDE

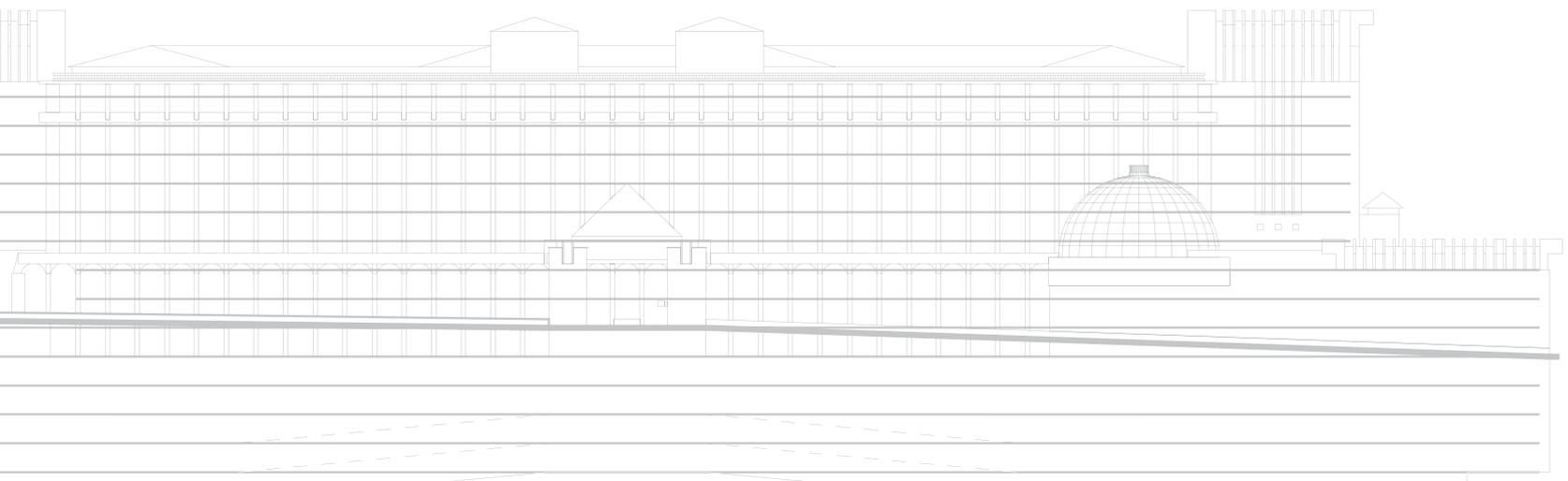
25 ANOS EDIFÍCIO SEDE CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS 1993 – 2018

No decurso da sua atividade e para melhor acolher os seus serviços, a Caixa Geral de Depósitos (CGD) conservou, ampliou e construiu instalações próprias. A importância da Instituição no contexto nacional, assim como a crescente necessidade de concentrar num único espaço físico os Departamentos Centrais, consolidou a intenção de afirmar, cada vez mais, a imagem da marca CGD.

Esta acérrima pretensão valorizou, através da implementação de um projeto com características únicas, a malha urbanística da cidade de Lisboa com uma presença arquitetónica de grande significado.

Tal projeto, da autoria do Arquiteto Arsénio Raposo Cordeiro (1940-2013), viria a transformar-se num elemento estruturante decisivo na consolidação da harmonia do meio envolvente, considerando as várias edificações existentes.

Desde a aquisição dos terrenos em 1981, até à instalação definitiva de todos os serviços, colaboradores e respetiva administração, decorreu todo um processo de grande complexidade que envolveu inúmeras vicissitudes.



ANTES



Fábrica de Cerâmica Lusitânia – Arco do Cego
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Fábrica de Cerâmica Lusitânia – Arco do Cego
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Fachada sul do Edifício Sede Caixa Geral de Depósitos
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Fachada norte do Edifício Sede Caixa Geral de Depósitos
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Fachada do Edifício Sede da Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

COMPANHIA DAS FÁBRICAS CERÂMICA LUSITÂNIA

Sylvain Bessière construiu (cerca de 1890), em Lisboa, no Largo do Matadouro (atual Praça José Fontana), a Fábrica de Cerâmica Lusitânia. Com um mercado em expansão na área da construção civil e obras públicas, dedicava-se à produção de tijolos, telha marseilha, manilhas, vasos e talhas para água.

Data de 1908 a instalação da fábrica que, se delimitava pela Quinta de Santo António, Quinta da Conceição, Praça de Touros do Campo Pequeno e pelo Palácio dos Condes das Galveias.

O complexo fabril era constituído por três conjuntos estruturais: o edifício sede da empresa, a moradia do proprietário e as instalações destinadas à exploração e produção dos materiais.

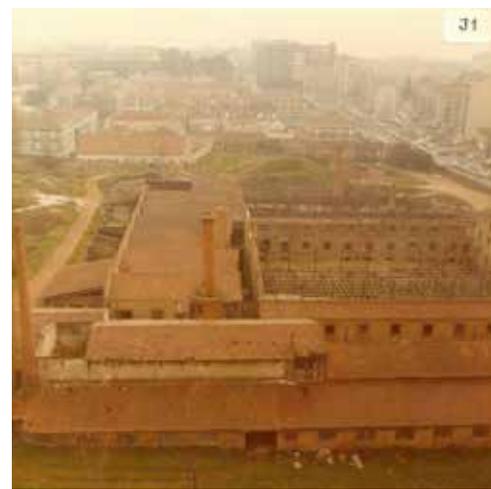
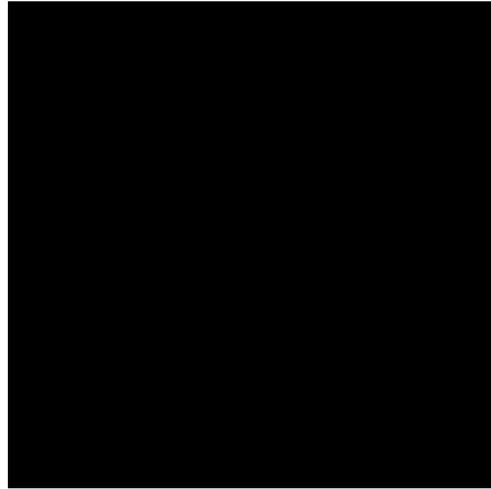
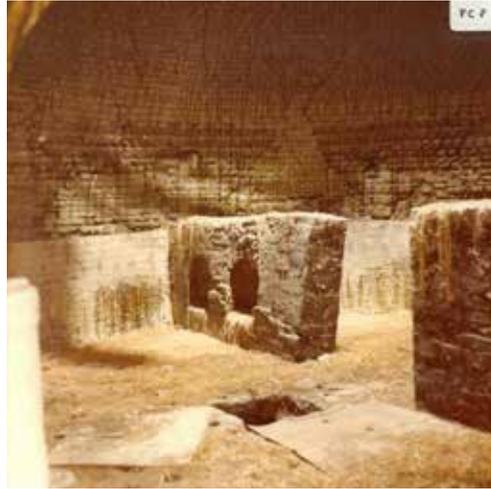
O proprietário fundador da Fábrica, Sylvain Bessière, faleceu em 1919. Iniciou-se uma gestão que visava a transição de uma empresa familiar para uma estrutura de companhia empresarial, com objetivos de investimento tecnológico e expansão para novos mercados.

A *Cerâmica Bessière Sucessores* passou a designar-se como *Companhia da Fábrica de Cerâmica Lusitânia*.

A fábrica começou a investir noutras áreas de fabrico de elementos cerâmicos que não eram característicos da empresa, nomeadamente, mosaicos (1923), produtos refratários (1924), elementos em grés (1925) e azulejos (1926).

Foram apresentados dois projetos da autoria do Engenheiro Luís Ernesto Roqueira para a construção do edifício sede da Fábrica de Cerâmica. Num dos projetos foi solicitada a construção de uma mansarda na qual seria instalado o atelier de pintura de azulejos, posteriormente sob a responsabilidade do artista Jorge Colaço.

Modernização das instalações com a inclusão de sistemas de eletrificação em diversos setores da unidade fabril. Especialização de processos de produção nas várias etapas de fabrico, através da construção de edifícios e da aquisição de maquinaria tecnologicamente mais evoluída, totalizando algumas dezenas de milhares de metros quadrados e calculando-se que trabalhariam na fábrica cerca de 500 funcionários.



Como resultado da nova dinâmica tecnológica e empresarial, a fábrica resolveu apostar na construção de dois novos fornos contínuos do modelo Hoffman o que representava, na época, uma inovação significativa em Portugal.

O edifício sede da Fábrica de Cerâmica foi oficialmente inaugurado a 5 de janeiro de 1919. A fachada principal do edifício possuía um painel de azulejos em tons de azul e branco, com motivos alusivos à atividade de fabrico de produtos cerâmicos, salientando a figura humana e tendo como cenário de fundo um edifício fabril. A divisão entre os pisos era efetuada por frisos de azulejos com decoração fitomórfica.

O edifício era constituído por três pisos: rés-do-chão (atendimento ao público e área administrativa; pisos superiores (espaços de exposição de produtos fabricados pela empresa e diversas salas de reuniões) e mansarda (laboratórios de engenharia e de química e ateliers de pintura e de decoração).

Simultaneamente às técnicas tradicionais, a fábrica acompanhava a inovação no que respeitava aos revestimentos das fachadas dos edifícios, através da produção de azulejos dotados de pinturas artísticas, nomeadamente a Art Deco que se encontrava em franca expansão na Europa.

A produção artística era realizada pelo *atelier* de pintura industrial (dirigido por António Costa) e o *atelier* de pintura artística (dirigido por Jorge Colaço).

Fábrica de Cerâmica Lusitânia – Arco do Cego
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

Avenida João XXI – Fábrica de Cerâmica Lusitânia – vista aérea
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

ANTES



JORGE COLAÇO (1868-1942)

Jorge Colaço (1868-1942), nasceu a 26 de fevereiro de 1868, em Tânger. Desenvolveu os estudos preparatórios em Lisboa e Madrid e em 1886 foi estudar para Paris. Obteve formação com o pintor Ferdinand Cormon, representante da Escola de Paris e mestre de muitos bolseiros portugueses. Permaneceu em Paris 6 anos a estudar e a trabalhar, tendo sido caricaturista do jornal *Le Figaro*. Foi admitido no *Salon de Paris* em 1893 (exposição oficial da *l'Académie des Beaux-Arts* de Paris) e foi Presidente da Sociedade Nacional de Belas Artes (1906-1910).

Destacou-se na área da azulejaria devido ao domínio das técnicas de desenho, de pintura e caricaturismo introduzindo nestas áreas inovações a nível de processos e técnicas, nomeadamente a técnica da serigrafia aplicada a azulejos.

Trabalhou na Fábrica de Louça de Sacavém até 1923, depois na Fábrica de Cerâmica Lusitânia de Lisboa e Coimbra onde colaborou até à data da sua morte.

Simultaneamente às técnicas tradicionais, a fábrica acompanhava a inovação no que respeitava aos revestimentos das fachadas dos edifícios, através da produção de azulejos dotados de pinturas artísticas, nomeadamente a *Art Deco* que se encontrava em franca expansão na Europa.

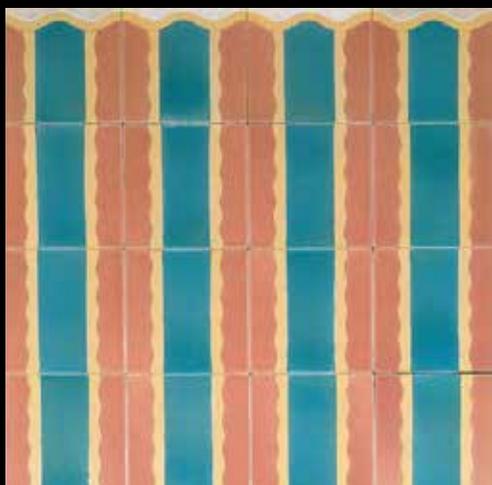
A produção artística era realizada pelo *atelier* de pintura industrial (dirigido por António Costa) e o *atelier* de pintura artística (dirigido por Jorge Colaço).

A fábrica desenvolvia alguns tipos de técnicas, algumas eram comuns a outras empresas concorrentes na área da cerâmica com características de produção repetitiva e de custo mais baixo, outras, seriam técnicas artísticas, mais elaboradas e de exclusividade da fábrica, executadas no *atelier* de Jorge Colaço.

Com a abertura da Avenida João XXI, em 1964, a unidade fabril foi expropriada de uma parte significativa dos seus terrenos (cerca de 5,970 m²), quer em termos de área útil de edificações, quer no espaço de extração de matéria-prima (argila).

A sua atividade de produção fabril cessou em 1971, mantendo-se apenas em funcionamento, os serviços de cariz administrativo e comercial.

Em 1981, com o objetivo de centralizar os serviços que se encontravam dispersos por diversos edifícios em Lisboa, foram iniciadas negociações entre a *Caixa Geral de Depósitos* e os herdeiros da empresa *Companhia das Fábricas de Cerâmica Lusitânia*, em colaboração com a Câmara Municipal de Lisboa, para possível aquisição dos terrenos da fábrica.



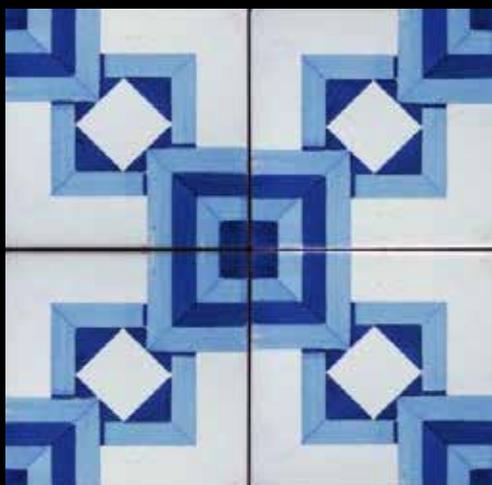
PAINEL DE AZULEJOS DE PADRÃO ART DECO

Década de 1930

Faiança, decoração na técnica de tubagem – MNAz inv.5932 Az

Tubagem (técnica)

Técnica de decoração que consiste em desenhar os contornos dos motivos decorativos com separadores lineares de engobe engrossado com areias, aplicados na chacota ainda não cozida e que funcionam depois como limite entre os esmaltes.



PAINEL DE AZULEJOS DE PADRÃO ART DECO

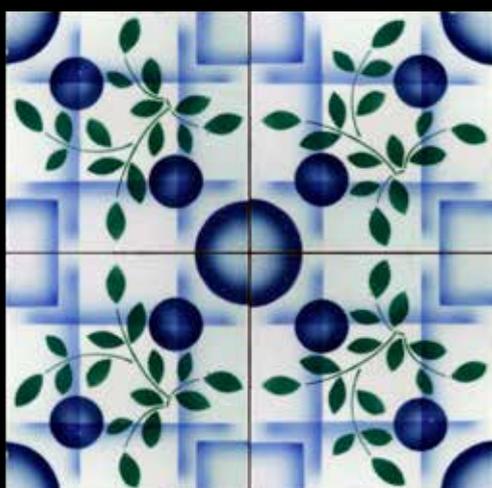
Década de 1930

Faiança, “pó de pedra”, decoração na técnica de estampilha – MNAz inv.6159 Az

Estampilhagem (técnica)

Técnica de decoração semi-industrial que consiste na aplicação sobre o vidrado cru de estampilhas, papéis encerados ou acetatos com os motivos decorativos recortados. Encostada a estampilha à chacota, o desenho é transferido pela passagem de uma trincha embebida em tinta, ficando assim transposto o desenho aberto na estampilha.

Para cada cor usa-se uma estampilha diferente, consoante o número de cores necessárias.



PAINEL DE AZULEJOS DE PADRÃO ART DECO

Década de 1930

Faiança, “pó de pedra”, decoração na técnica de aerografia – MNAz inv.3244 Az

Aerografia (técnica)

Técnica de decoração que consiste em aplicar sobre a chacota sucessivas camadas de vidrado ou pigmentos líquidos através de um jato com grande pressão de ar. Esta forma de aplicação da decoração tem a aparência de manchas homogéneas com pontos muito finos e difusos, permitindo gradações muito controladas e rigorosas nas cores.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro-Ministro

Resolução n.º 185/81

Nos termos do Decreto-Lei n.º 74/80, de 15 de Abril, a Caixa Geral de Depósitos solicitou ao Governo autorização para a aquisição do terreno, situado em Lisboa, na Avenida de João XXI e nas Ruas do Arco do Cego e do Bairro Social, destinado à construção de um complexo imobiliário que permita reunir num mesmo local os serviços centrais da instituição, actualmente dispersos por vários pontos da cidade.

Considerando que a satisfação deste pedido obviará aos graves inconvenientes de funcionamento causados pela dispersão dos serviços da Caixa Geral de Depósitos;

Considerando ainda que a construção das novas instalações possibilitará a libertação e venda de 26 imóveis, no presente utilizados pela Caixa e actualmente avaliados em alguns milhões de contos;

Considerando que se encontram reunidas as condições exigidas pelas disposições legais aplicáveis:

O Conselho de Ministros, reunido em 13 de Agosto de 1981, resolveu, ao abrigo do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 74/80, de 15 de Abril, autorizar a Caixa Geral de Depósitos a adquirir, pelo preço de 820 000 000\$, o terreno, situado em Lisboa, na Avenida de João XXI e nas Ruas do Arco do Cego e do Bairro Social, descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o n.º 6878, a fl. 172 v.º do livro B-28 e inscrito na matriz predial urbana da freguesia de São João de Deus sob os artigos 2 e 3, antigos artigos 1141 e 1142 da freguesia de São Jorge de Arroios, o qual se destina à construção de novas instalações para os serviços centrais da instituição.

Presidência do Conselho de Ministros, 13 de Agosto de 1981. — O Primeiro-Ministro, *Francisco José Pereira Pinto Balsemão*.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 185/81 de 13 de agosto
 fonte: Arquivo fotográfico CGD.

COMPLEXO SEDE – CONSTRUÇÃO

Quando a C.G.D. decidiu concentrar num único complexo os seus serviços espalhados por mais de vinte edifícios na cidade de Lisboa, criou um acontecimento arquitectónico de invulgar dimensão (...).

Testemunho do Arq.º Arsénio Raposo Cordeiro
 In *A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos*. Ayala Botto

Impôs-se respeitar parâmetros urbanísticos definidos: a volumetria da construção acima do solo e fácil percepção, estabelecer uma boa ligação à zona envolvente respeitando a escala das construções vizinhas, nomeadamente a do Palácio Galveias, prolongar a Avenida Marconi criando um arruamento de serviço, ligando a mesma à Rua do Arco do Cego. Os compromissos com a Câmara Municipal de Lisboa motivaram a construção do mercado do Arco do Cego, em substituição do anteriormente existente, a integração do edifício na comunidade constituindo uma iniciativa de serviço público, através da transformação dos auditórios previstos para ações internas e das galerias que albergariam um museu, num Centro Cultural, atualmente a Culturgest.

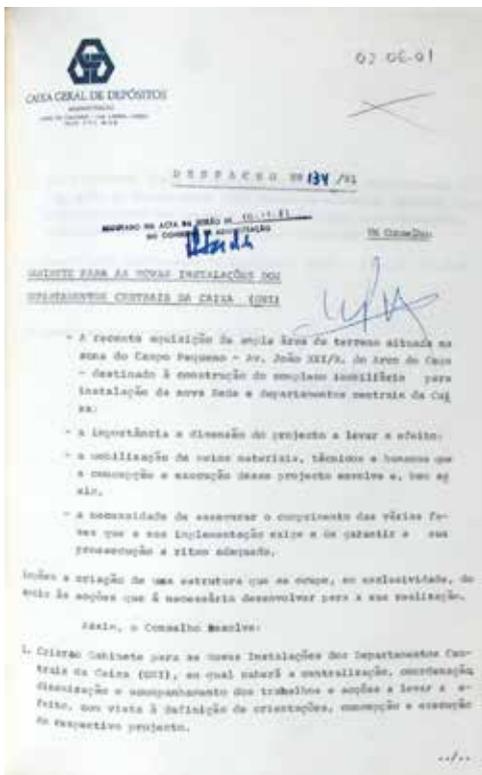
A autorização para aquisição dos terrenos para a instalação da futura Sede da CGD na Avenida João XXI, foi aprovada em 1981, pelo Conselho de Ministros (Resolução n.º 185/81 de 13 de agosto) tendo-se realizado a escritura de compra em 26 de agosto.

De acordo com o Despacho n.º 134/81 do Conselho de Administração de 10 de novembro a que corresponde a OS n.º 8 164, foi decidido:

Criar o Gabinete para as Novas Instalações dos Departamentos Centrais da Caixa (GNI), ao qual caberá a centralização, coordenação, dinamização e acompanhamento dos trabalhos e acções a levar a efeito, com vista à definição de orientações, concepção e execução do respectivo projecto.

O custo razoável por m² de construção e o elevado nível de execução, foi possível graças à competente Direcção e Fiscalização da Obra assegurada pela própria C.G.D. através do G.N.I. – Gabinete para as Novas Instalações, que teve aqui um desempenho notável (...).

Testemunho do
 Arq.º Arsénio Raposo Cordeiro
 In *A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos*. Ayala Botto



Página do Livro de despachos numerados do conselho de Administração, Despacho n.º 134/81 Secretaria Geral, CGD
 fonte: Arquivo fotográfico CGD.

De acordo com o preâmbulo do Programa Preliminar para o concurso de construção do novo Edifício Sede (1984), foram definidos alguns princípios orientadores para a sua conceção a que deveriam obedecer os projetos dos concorrentes:

Representatividade – O novo edifício deveria ser representativo em termos arquitetónicos e estéticos, urbanisticamente equilibrado, bem definido na malha urbana da cidade e refletir por um lado, a solidez da história da instituição, mas também, perspetivar uma imagem em direção ao futuro;

Habitabilidade - Deveria constituir um modelo de instalações em relação a outras construções congêneres ao mesmo tempo que deveria proporcionar as melhores condições de ambiência;

Flexibilidade – Deveria prever, em termos espaciais, flexibilidade suficiente para eventuais reajustamentos de novas áreas no âmbito da natural evolução orgânica dos serviços da instituição;

Segurança - Prever condições de segurança eficazes ao nível do interior mas também no exterior do edifício;

Gestão – Ter em conta uma possível minimização de custos de gestão, nomeadamente, quanto aos consumos energéticos e despesas de manutenção e conservação.

Foram dirigidos convites a 54 gabinetes para a formalização de candidaturas. Na fase de pré-seleção o leque de participações resumiu-se a 10 agrupamentos.

Só foram admitidos gabinetes de arquitetura portugueses, contudo, dada a complexidade do empreendimento, foi prevista a possibilidade de parceria com outros gabinetes nacionais ou estrangeiros.

A 29 de maio de 1985, o Conselho de Administração apurou duas propostas distintas, satisfazendo ambas os objetivos do concurso e destacando ainda uma terceira proposta.

Foi selecionado o Consórcio liderado pela LUSOTECNA, Consultores Técnicos Industriais, SARL, cujo chefe de projeto era o Arquiteto Arsénio Raposo Cordeiro.

BIOGRAFIA

ARSÉNIO RAPOSO CORDEIRO (1940-2013)

Diplomado pela Escola Superior de Belas Artes de Lisboa (ESBAL) em 1967, tendo feito parte, entre 1961 e 1967, dos ateliers de Frederico George, Maurício Vasconcelos e Conceição Silva.

Autor de diversos projetos, tais como, edifícios de escritórios em Lisboa, remodelações de agências bancárias (CCP, Évora, 1978; BPSM, Lisboa, 1980, em colaboração com M. Sheppard Cruz e António N. de Almeida), conjuntos habitacionais em pré-fabricação pesada para Chelas (1976) e para o Gabinete da Área de Sines em Santo André (1977).

A partir de 1980 tornou-se responsável por alguns dos maiores projetos de edifícios de Lisboa, nomeadamente, a Torre do Tombo (1980-84, com M. Sheppard Cruz e A. N. Almeida) e da nova sede da Caixa Geral de Depósitos (1985), ambos ganhos em concursos. Participou ainda no concurso para o Centro Cultural de Belém (CCB) em 1988 que mereceu menção honrosa, para a nova sede do Banco de Portugal (1989, 2º classificado), e para o novo edifício do Instituto Nacional de Estatística (1988), do qual foi vencedor.

Para além de uma solução que resolvesse os problemas funcionais postos pela concentração de quase 4.000 funcionários num mesmo lugar, esperava-se do projecto a ser selecionado no concurso aberto pela C.G.D., a tradução formal da imagem de uma instituição secular de carácter popular (...).

Testemunho do Arq. ° Arsénio Raposo Cordeiro
In *A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos. Ayala Botto*



Livro de despachos numerados do Conselho de Administração, Despacho n.º 89/85
Secretaria Geral, CGD
fonte: Arquivo fotográfico CGD

DURANTE

A 21 de outubro do mesmo ano, o Presidente do Conselho de Administração Dr. Oliveira Pinto, entregou ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, para efeitos de aprovação, o projeto de licenciamento da futura Sede da CGD, deferido em 30 de maio de 1986, sujeito ao cumprimento de algumas recomendações do Batalhão de Sapadores Bombeiros e da Administração Regional de Saúde de Lisboa.



Ofício n.º 217/SCA, Câmara Municipal de Lisboa
fonte: Arquivo Histórico, GPH

DESENVOLVIMENTO DAS OBRAS

A obra deveria concluir-se num prazo de 5 anos abrindo-se sucessivas empreitadas, conforme as especialidades e o ritmo de entrega dos respetivos projetos finais.

A 15 de julho de 1987 foi efetivado o início da construção através de cerimónia oficial, presidida pelo então Administrador-Geral Dr. Oliveira Pinto e os restantes membros da Administração, do lançamento da 1ª pedra, cujo acontecimento foi marcado pela inserção de uma caixa de chumbo (na prumada central do átrio) contendo um pergaminho com o resumo das várias fases do empreendimento e um conjunto de moedas cunhadas no ano.



Leitura do documento na cerimónia oficial do Lançamento da 1ª pedra
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Reprodução do documento em pergaminho (Lançamento da 1ª pedra)
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

A primeira empreitada de movimentação e contenção de terras iniciou-se em Outubro, seguindo-se a de fundações e estruturas (1988). Efetuaram-se trabalhos de montagem do estaleiro, vedação e as terraplanagens de regulação do terreno, instalação de redes de águas, eletricidade, com um posto de transformação próprio e de telefones, ligado à rede pública.

Adjudicação à firma SOMEK – Sociedade Metropolitana de Construções, S.A., da empreitada de consolidação da chaminé da antiga fábrica de cerâmica, integrada no lago projetado para os espaços verdes ao longo da fachada norte do edifício. O mesmo se pretendia com um dos fornos *Hoffman* que após sustentação provisória sofreu derrocada, concluindo-se ser impossível a sua reconstrução.

Os trabalhos seguiram-se a bom ritmo, tendo atingido elevados rendimentos na construção das estruturas. Nos últimos meses para a sua conclusão, a média alcançada excedeu os 600m² de pavimentos por dia. Nesta fase, assim como na da intensidade dos acabamentos, a média diária de operários atingiu cerca de 1 600, chegando a estar montadas, em simultâneo, 3 centrais de betonagem e 13 guas.

Na vigência da Administração presidida pelo Dr. Emílio Rui Vilar (1989), foi decidido suspender a construção da área elevada do bloco nascente (atual Rua Cidade de Bucareste) reorganizando-se a ocupação e a própria dimensão do complexo Sede.

Já em 1990, foram implementadas novas medidas de racionalização e descentralização de Serviços prevendo-se uma utilização generalizada dos meios informáticos, abandonando-se a construção do bloco destinado ao Centro de Informática, distribuindo-o por várias zonas do complexo.

O atraso da obra que determinou a ocupação do complexo só em meados de 1993 aconteceu devido a algumas alterações, nomeadamente, a utilização do piso mais elevado (inicialmente destinado aos arquivos) para a instalação de um restaurante e para um Centro de Formação e Aperfeiçoamento – CFA, incluindo uma sala de videoconferência e um auditório para uso exclusivo) e o arruamento de ligação das Avenidas João XXI e Marconi (Rua Brito Aranha).



Terraplanagens
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

DURANTE



Imagens da construção do Edifício Sede CGD
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

ARQUITETURA

(...) Utilizando largamente o betão armado na sua estrutura modulada de pilares e lajes nervuradas, revestindo-se com painéis pré-moldados em betão com cimento branco e inertes calcários e criando espaços abobadados com elementos modulares em betão leve armado com fibra de vidro, a nova Sede da C.G.D. é uma obra que introduz tecnologias da utilização do cimento inovadoras em Portugal.

(...) Os grandes arcos que suportam as coberturas transparentes das naves do grande átrio central e das duas entradas laterais do pessoal, são constituídos por elementos pré-moldados autoportantes em betão branco, travados com uma estrutura metálica tubular.

(...) Sem antagonizar o modernismo, mas antes retirando dele o essencial em termos da verdade dos materiais e do funcionalismo, o Complexo da C.G.D. reintroduz a métrica modular clássica e o ornamento simbólico que é de todos os tempos, como os irmãos KRIER preconizaram, já largamente realizado por RICARDO BOFFIL, e que é agora possível com as novas tecnologias do betão, explorando a sua plasticidade e reinventando linguagens que por renascerem das nossas raízes comuns, são entendidas por todos.

(...) Da qualidade da obra, o tempo falará por si.

Testemunho do Arq. ° Arsénio Raposo Cordeiro
In *A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos. Ayala Botto*

DURANTE



Imagens da construção (Bloco Nascente) do Edifício Sede CGD
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Imagens da recuperação da chaminé
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



Imagem da construção da escadaria de acesso ao Átrio Central do Edifício Sede CGD
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



OBRA FINAL

A 12 de fevereiro de 1993 a nova Sede é apresentada aos Órgãos de Comunicação Social seguindo-se a 27 de abril, a transferência dos Departamentos Centrais.

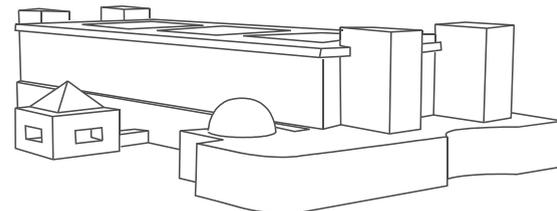
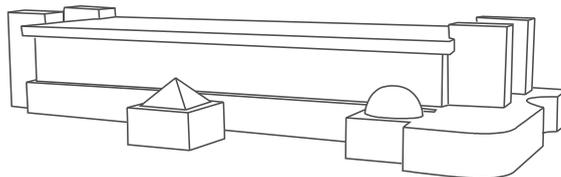
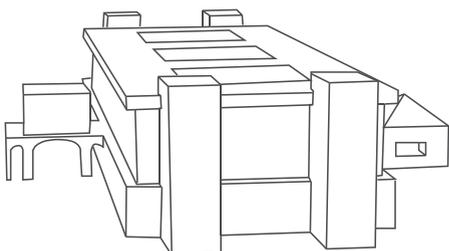
A Agência Central abriu ao público a 1 de Julho e a 12 de agosto é criada a Culturgest (Gestão de Espaços Culturais) para a promoção e desenvolvimento de atividades culturais, artísticas e científicas, inaugurada a 11 de outubro do mesmo ano, incluindo 2 Auditórios destinados a congressos, seminários, conferências, concertos, teatro e bailado, galerias de exposições, salas periféricas de reuniões, sala de imprensa e outras estruturas de apoio.

A Mediateca foi inaugurada a 2 de fevereiro de 1994 (incluía uma biblioteca especializada em assuntos económico-financeiros) e um Centro de Informação Europeia. Biblioteca multimédia com foco na atualidade, constituída por mais de 22 mil títulos de livros e mais de 1000 revistas em suporte papel. Tinha ainda disponível um serviço de apoio a invisuais e amblíopes.

A transferência da Administração para a nova Sede Social da CGD concretizou-se a 14 de Março, sendo que, no final de outubro já estavam em pleno funcionamento todos os Órgãos de Estrutura nas novas instalações. Processo alargado, no final do ano, às empresas do Grupo CGD.

DESCRIÇÃO E CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

O EDIFÍCIO SUBDIVIDE-SE EM TRÊS BLOCOS:
NASCENTE, CENTRAL E POENTE



Administração e Departamentos Centrais, Restauração, Serviços Sociais (Área de Saúde, Área de Lazer, Área Social, Grupo Dadores de Sangue e Área comercial), Agência Central, Empresas do Grupo CGD e Culturgest.

Acabamento exterior pedra lioz, betão branco pré-moldado, telha vidrada, terraços ajardinados, caixilharia de alumínio e vidro;

Acabamento interior pedra lioz e moleanos, tetos falsos metálicos com características acústicas, materiais sintéticos, pavimentos elevados amovíveis com alcatifa, paredes com painéis em aglomerado e termolaminado, pedra e mosaico cerâmico em escadas/instalações sanitárias/átrios.

Estruturas Betão armado; Constituídas, com exceção de pequenos espaços, por lages fungiformes de moldes recuperáveis.

Fundações Diretas e em sapatas de betão armado, com exceção de pequenas zonas onde se usou estacaria.



ÁREAS

38 000 m² de terreno;
22 850 m² de implantação;
15 150 m² de áreas ajardinadas;
205 200 m² de área bruta de construção;
173 600 m² de área útil;
15 pisos (-6 ao +9);
4 500 residentes;
1 000 lugares de estacionamento;
245 instalações sanitárias e balneários.

ÁGUAS

10 000 m³ de consumo mensal de água;
62 km de tubagem de água.

INCÊNDIOS

103 zonas corta-fogo;
6 500 sprinklers;
5 000 detetores de incêndio;
471 portas corta-fogo.

TRANSPORTE DE DOCUMENTOS MOTORIZADO

4,5 km de carril;
205 contentores;
67 estações;
1 500 envios diários.

ELETRICIDADE

O complexo é alimentado em energia elétrica, a partir da subestação da EDP de Entrecampos.
2 GWh consumo mensal de eletricidade;
3 postos de transformação com 16 MVA de potência global;
6 geradores com 5,5 MVA de potência global;
16 UPS com 3,9 MVA de potência global;
2 250 km de cablagem;
62km de caminhos de cabos;
400 quadros elétricos;
52 000 aparelhos de iluminação.

INFRAESTRUTURAS:

CLIMATIZAÇÃO

3 centrais térmicas (nascente e poente) sendo que uma serve em exclusivo as instalações do Centro de Informática.
1 300 000 m³ de ar tratado;
50 unidades de tratamento de ar;
10 chillers (que incluem 1 de absorção e 2 de recuperação de calor);
110 km de condutas de ar;
60 km de tubagem de água;
203 quadros elétricos;
16 km de difusores lineares;
16 000 pontos de medida.

MEIOS ELEVATÓRIOS

58 elevadores;
6 escadas rolantes;
11 bailéus.

ASPIRAÇÃO CENTRALIZADA

3,7km de tubagem;
320 tomadas de aspiração.

COMUNICAÇÕES

5 000 telefones;
5 100 computadores pessoais.

DIFUSÃO DE SOM

6 500 altifalantes;
503 amplificadores.

CENTRAL SOLAR TÉRMICA

1 600 m² de coletores solares;
158 coletores;
1 GWh de produção anual.

GESTÃO TÉCNICA CENTRALIZADA

25 000 pontos de informação.

RESERVAS DE ÁGUA

350 m³ para abastecimento;
450 m³ para incêndios;
220 m³ para climatização;
75 m³ para cozinhas.

A protecção passiva garantida pela concepção do projecto arquitectónico, assegura à partida uma significativa economia de energia, e um elevado nível de conforto térmico-acústico (...).

Testemunho do Arq. ° Arsénio Raposo Cordeiro
In *A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos, Ayala Botto*



Zonas Técnicas, Edifício Sede, CGD
fonte: Arquivo fotográfico CGD.

SEGURANÇA

O Edifício Sede foi concebido como sendo um dos mais inteligentes. Está dotado de um conjunto de meios de proteção e segurança para enfrentar, se necessário, uma série de situações de risco: assaltos, atos de terrorismo e vandalismo, para além da ocorrência de incêndios e catástrofes naturais.

Numa situação de evacuação foram previstos também, para além de sirenes de alarme, sinalização luminosa de percursos de saída e escadas, meios sonoros com transmissão seletiva de mensagens com indicações das ações e percursos a tomar sendo que, nos últimos anos, têm sido realizados simulacros com regularidade.

A responsabilidade pelo sistema é da competência do Gabinete de Proteção e Segurança.

Programa Caixa Segura, criado em 2009 com o objetivo de potenciar nos colaboradores as boas práticas para a segurança global, tendo em vista a minimização de riscos.







A atividade da Culturgest desenvolveu-se de acordo com critérios de natureza estética, artística e de gestão na linha de continuidade programática iniciada no ano anterior, verificando-se a oportunidade e aceitação geral da programação proposta e o seu reconhecimento por instituições culturais nacionais e estrangeiras.

ESPAÇOS VERDES

A conceção de espaços verdes constituiu uma importante decisão na projeção do edifício, tendo-se considerado a arquitetura, o fator ambiental e pormenores decorativos.

Ao longo de toda a fachada Norte do edifício existem espaços ajardinados e na confluência da Rua do Arco do Cego com a Rua Brito Aranha, foi construído um Auditório ao ar livre, composto por um palco com o fundo semicircular, dotado de camarins e salas de apoio, enquadrado por doze cavaleiros metálicos estilizados (da autoria de Luís Pinto Coelho) apresentando lateralmente, escadas de acesso ao parque de estacionamento exterior da CGD.

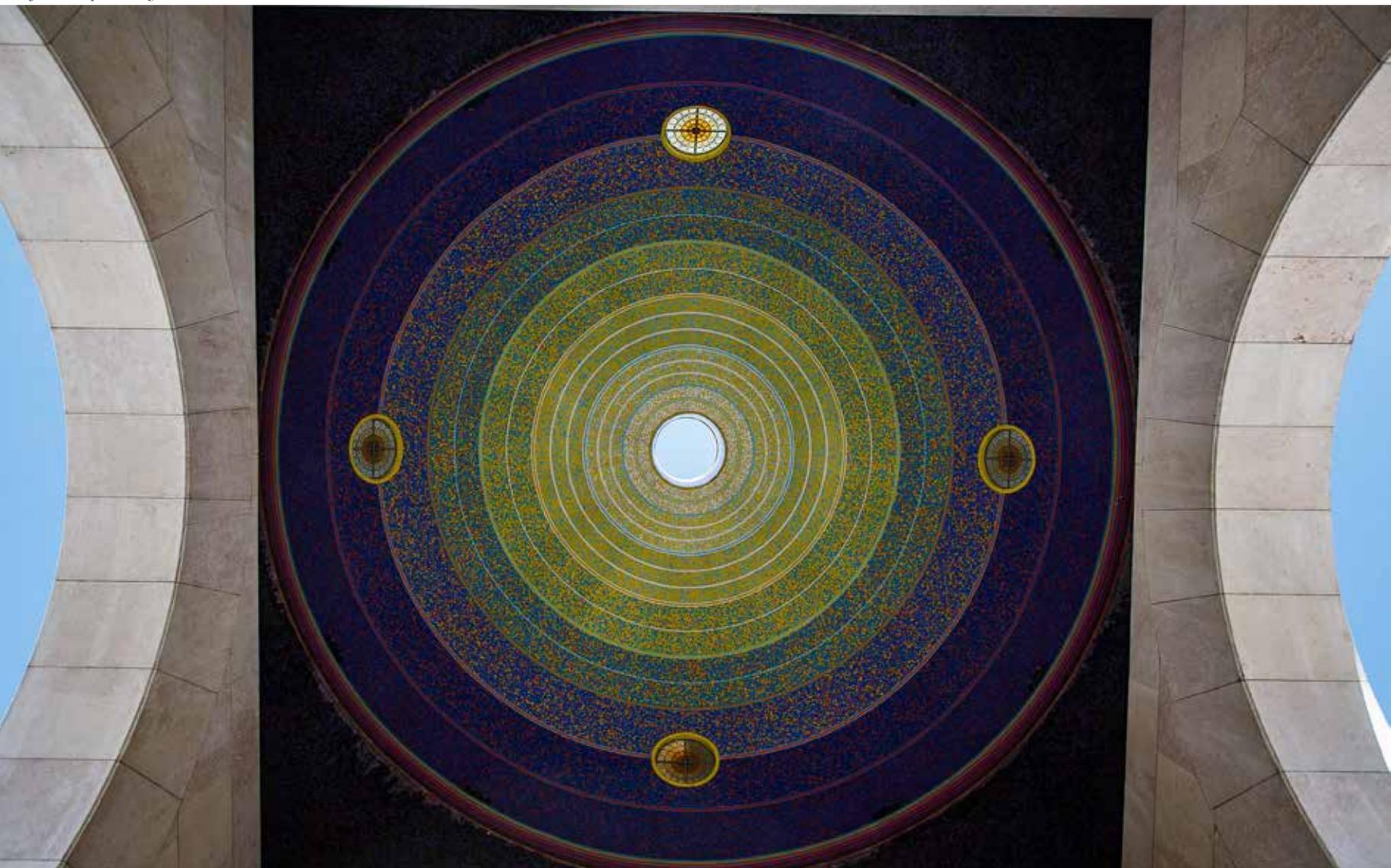
O Auditório pretende ser um espaço de cultura e lazer da cidade de Lisboa, destacando-se ainda a existência do Padrão da Rainha Santa Isabel, que foi transferido de um local camarário para os terrenos da CGD, com o intuito da sua preservação constituir, simbolicamente, a inserção do complexo Sede no meio envolvente e na comunidade.

OBRAS DE ARTE

Integração de obras de arte concebidas para o interior do edifício para decorar algumas zonas públicas e espaço exterior (zonas ajardinadas, entradas Norte e Sul).

- 1987 – Pintor Eduardo Nery - Revestimento interior (mosaicos vitrificados) da Cúpula da Entrada Sul (Título - *Abóbada Celeste*);
- 1987 – Arq.º Arsénico Cordeiro - Pavimento decorativo instalado no Átrio Central (símbolo da cidade de Lisboa);
- 1987 – Pintor Júlio Resende - Três tapeçarias (fio de linho em pura lã) instaladas no topo Norte do Átrio Central (Título - *Do caos à organização em busca do retângulo de ouro*);
- 1987 – Pintor Júlio Pomar - Três tapeçarias (fio de algodão em pura lã) instaladas no topo Sul do Átrio Central (Título - *Tropel*);
- 1988 – Pintora Graça Morais e Salinas Calado - Painéis de azulejo instalados no átrio nascente;
- 1989 – Escultor Lagoa Henriques – Escultura em bronze de duas estátuas instalada no Lago do Jardim Norte (Título - *Secreta Mensagem*);
- 1991 – Pintor Rolando Sá Nogueira - Painéis de azulejo instalados no átrio poente;
- 1993 – Escultor Fernando Conduto – Escultura metálica em aço e pedra lioz instalada no Jardim Norte (Título - *sem título*);
- 1993 – Pintor Luís Pinto Coelho - Esculturas em ferro (12 cavalos com cavaleiros) instaladas no Jardim do Auditório Exterior (Título - *Os doze vice-reis da Índia*);
- 1993 – Escultor Ascânio Martins Monteiro – Escultura metálica em alumínio anodizado instalada no Átrio Central;
- 1994 – Escultora Clara Menéres – Fonte em pedra lioz instalada no topo do Jardim Norte (Título - *Gárgula*).

Cúpula da entrada Sul, Edifício Sede, CGD
Pintor Eduardo Nery - Abóbada Celeste
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



PROGRAMA DE BAIXO CARBONO



O **Programa de Baixo Carbono**, nova designação do anterior **Programa Caixa Carbono Zero** lançado em 2007, tem como objetivo dar resposta às novas exigências de uma economia sustentável e de baixo carbono:

Tem como Objetivos: Concretizar a responsabilidade na redução de emissões da atividade da CGD; Responder ao desafio de colocar no mercado novas soluções financeiras, que facilitem o acesso a bens e serviços de baixo carbono; Promover, junto de todas as partes interessadas o conhecimento, bem como a adoção de comportamentos que reduzam a intensidade carbónica das suas atividades.

A sua atuação baseia-se:

- **Quantificação de emissões** monitorizando os consumos energéticos e emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE);
- **Redução de emissões** aplicando medidas com vista à redução dos consumos energéticos e respetivas emissões;
- **Compensação de emissões** através da realização de projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável;
- **Financiamento de baixo carbono** disponibilizando produtos e soluções financeiras específicas que oferecem condições preferenciais nos acessos dos clientes a bens e serviços com maior eficiência carbónica;
- **Sensibilização da comunidade** através de iniciativas de sensibilização e comunicação na adoção de comportamentos individuais para a redução de emissões.

Durante o ano de 2017, a CGD continuou a assumir o seu papel de financiador de uma economia de baixo carbono, através da sensibilização da redução dos GEE dos seus clientes, mantendo um conjunto de soluções financeiras específicas, que oferecem condições preferenciais no acesso dos seus clientes a bens e serviços com maior eficiência carbónica.

O Programa Caixa Carbono Zero 2010 é o programa estratégico da CGD para as alterações climáticas, tendo como objetivo essencial contribuir para a redução do impacto ambiental da CGD, numa lógica de desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo que procura induzir boas práticas junto dos seus stakeholders.

*In Relatório de Sustentabilidade 2009
CGD*



Como exemplo da compensação das emissões inevitáveis, a CGD desenvolveu um projeto florestal associado à Tapada Nacional de Mafra. Este baseou-se na reflorestação de uma área de 50 hectares, afetados pelo incêndio de 2003, integrando um plano de gestão de carbono e um plano de ação de conservação da biodiversidade, bem como a monitorização destas duas componentes da floresta, ao longo de 30 anos.





GESTÃO

No aquecimento das águas destinadas às cozinhas, casas de banho e balneários, a poupança anual é de 400.000 KWh. Já no sistema de climatização é possível poupar 500.000 KWh.



EMISSÕES GASOSAS

Evita-se, anualmente, a emissão de mais de 1.700 toneladas de CO₂, o equivalente à capacidade de absorção de carbono de mais de 170.000 árvores.

CENTRAL SOLAR TÉRMICA

Durante o ano de 2017, a CGD continuou a assumir o seu papel de financiador de uma economia de baixo carbono, através da sensibilização da redução dos GEE dos seus clientes, mantendo um conjunto de soluções financeiras específicas, que oferecem condições preferenciais no acesso dos seus clientes a bens e serviços com maior eficiência carbónica.

Outra das principais preocupações da CGD é reduzir os impactes ambientais que resultam da sua atividade, desenvolvendo várias iniciativas destinadas a contribuir para a melhoria da ecoeficiência das suas instalações, nomeadamente, a instalação da **Central Solar Térmica** no Edifício Sede em Lisboa.

Instalada na cobertura do Edifício Sede da CGD constituiu uma das medidas adotadas na redução do impacte ambiental protagonizadas pelo **Programa Caixa Carbono Zero**.

Tendo em vista a redução de emissões de CO₂, a Central Solar Térmica efetivou a utilização de energias de fonte renovável no Edifício, projeto realizado em parceria com a EDP.

A maior Central Solar Térmica do país, foi inaugurada a 15 de setembro de 2008. É constituída por 158 coletores solares em 1.600 m² da cobertura do edifício, permitindo a produção de energia que é utilizada para aquecer água para sistemas de climatização e instalações sanitárias.

A grande inovação desta infraestrutura residia no facto de, em 2008, ser a maior central solar térmica da Europa com chiller de absorção, permitindo a utilização de água para o sistema de refrigeração do edifício, sendo a energia produzida, utilizada no máximo da sua capacidade para o aquecimento no inverno e refrigeração do ar no verão.

É um sistema de refrigeração por absorção de vapores que se constituem em ciclos de refrigeração operados a calor, cuja energia responsável é maioritariamente térmica.

A economia de eletricidade proporcionada pela central viabiliza uma recuperação do capital investido em aproximadamente uma década. No aquecimento das águas destinadas às cozinhas, casas de banho e balneários, a poupança anual é de 400.000 KWh. Já no sistema de climatização é possível poupar 500.000 KWh.

Foram ainda instalados variadores eletrónicos de velocidade nas bombas de água, que adicionam 300.000 KWh por ano à poupança obtida.

Em consequência das medidas de eficiência energética já implementadas pela CGD e da instalação da Central Solar Térmica, a ADENE – Agência para a Energia, classificou o Edifício Sede, em 2008, com a nota máxima (A+) em eficiência energética.

Evita-se, anualmente, a emissão de mais de 1.700 toneladas de CO₂, o equivalente à capacidade de absorção de carbono de mais de 170.000 árvores, durante o mesmo período.

A instalação desta central foi decisiva para a distinção da CGD no Prémio EDP – Energia Elétrica e Ambiente 2008, concurso que visa distinguir as empresas utilizadoras da rede elétrica de distribuição e que demonstram ter conseguido otimizar a eficiência da energia elétrica no respeito pelos valores do ambiente.



Instalação dos Painéis Solares, (Central Solar Térmica)
fonte: Arquivo fotográfico CGD.



EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

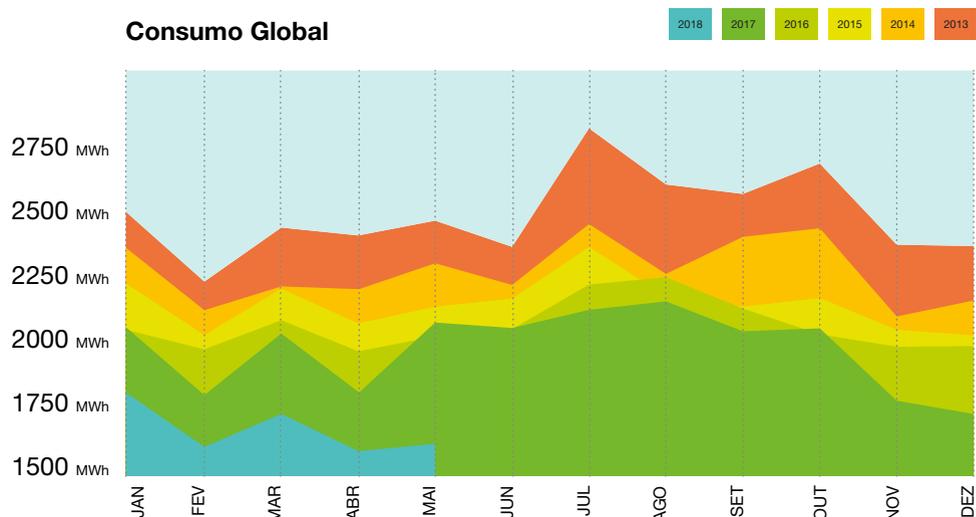
A ADENE – Agência para a Energia, classificou o Edifício Sede CGD, em 2008, com a nota máxima (A+) em eficiência energética.

EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

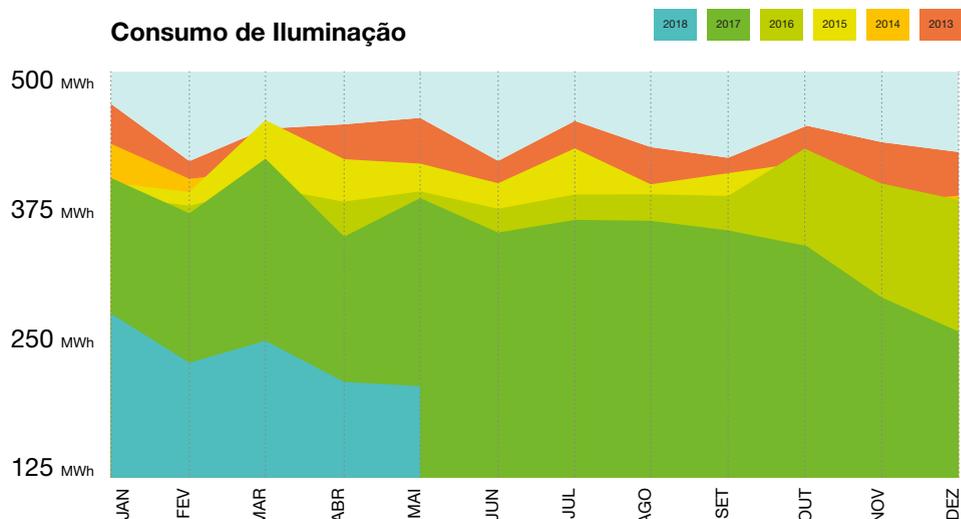
Desde março de 2008 até maio 2018, esta central produziu cerca de 10 GWh em energia térmica.

Comparação anual de eficiência energética

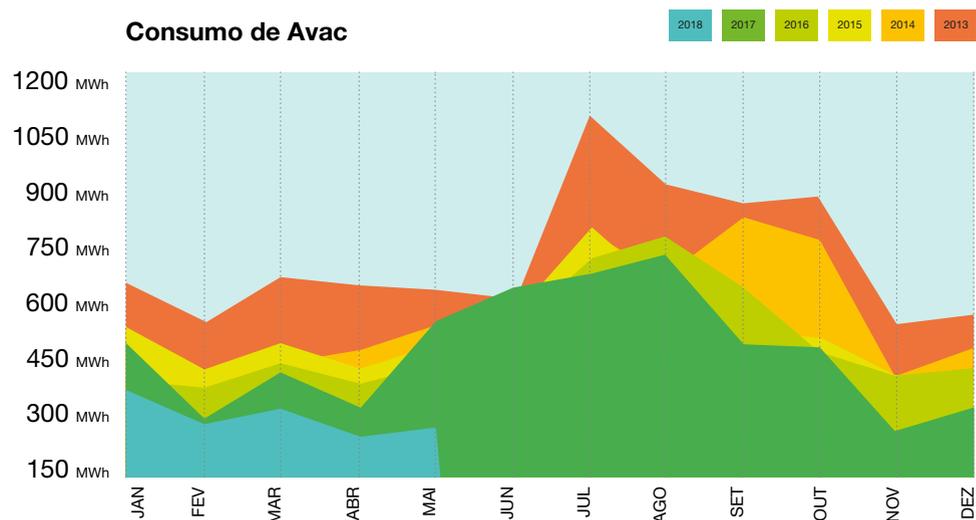
Consumo Global



Consumo de Iluminação



Consumo de Avac



SISTEMA GESTÃO AMBIENTAL (SGA) SEDE CGD

A existência de um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) na Caixa desde 2013, permitiu otimizar os recursos disponíveis, naturais e energéticos, minimizar o desperdício, reduzir o consumo e por sua vez os custos. A certificação está sujeita a uma monitorização contínua para que se possa assegurar a sua manutenção e o cumprimento dos compromissos daí provenientes.



A CGD foi o primeiro banco português a obter certificação de SGA no Edifício Sede (2014), implementado pela Norma ISO 14001, tendo obtido a renovação da certificação do SGA por mais um ciclo 2017-2020.

Numa altura em que comemora 25 anos, a Sede da CGD é um dos edifícios nacionais melhor referenciados quanto à sua evolução em termos de impacte ambiental, tendo em conta as suas características e especificidades.



SOMOS CAIXA

TEMOS UM MUNDO DE MOTIVOS PARA COMEMORAR.

Somos o primeiro banco português com Sistema de Gestão Ambiental certificado



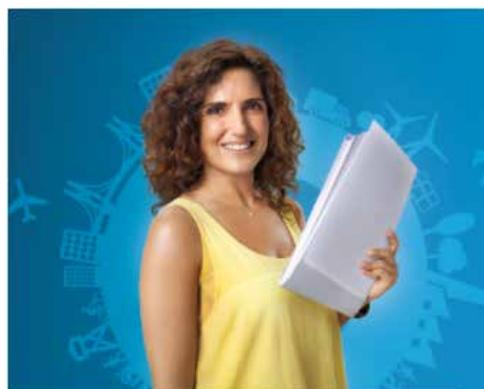
JUNTOS, FAZEMOS UM CAIXA MELHOR.
COM CERTEZA.

AGORA



A CGD tem atuado em alguns aspetos ambientais de forma a atingir um melhor desempenho ambiental:

- **Gestão de Resíduos produzidos** (papel, toners e tinteiros, embalagens de plástico, metal e vidro, embalagens de produtos perigosos, equipamento elétrico e eletrónico fora de uso, resíduos biodegradáveis de cozinha e cantinas, resíduos sanitários e resíduos hospitalares);
- **Emissão de Gases com Efeito de Estufa** (Emissões de CO₂ resultantes do consumo de eletricidade e gasóleo do Edifício Sede, fugas de gases fluorados e frota comercial);
- **Consumo de Energia do Edifício Sede** (Consumo de eletricidade e produção de energia térmica através da Central Solar);
- **Consumo de Água** (água da rede pública).
- **Consumo de Materiais** (papel, material de embalagens, tintas de impressão, copos de plástico, entre outros).
- **Energia e Mobilidade** (Consumo de combustível associado à frota comercial deslocações em serviço e transportes públicos).



SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

**RECICLE O PAPEL.
DÊ O EXEMPLO.**



SOMOS CAIXA. COM CERTEZA.



SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

**AO SAIR APAGUE AS LUZES.
DÊ O EXEMPLO.**



SOMOS CAIXA. COM CERTEZA.



SISTEMA DE GESTÃO AMBIENTAL

**UTILIZE O SEU COPO.
DÊ O EXEMPLO.**



SOMOS CAIXA. COM CERTEZA.

PROGRAMA RECICLAGEM DE CARTÕES BANCÁRIOS



RECICLAGEM CARTÕES

Desde 2015, foram recicladas mais de 11 toneladas de cartões bancários

Projeto desenvolvido no âmbito do SGA que visa gerir e reduzir os impactes ambientais decorrentes da atividade da Caixa.

Tendo por base o conceito de Economia Circular, os cartões bancários e não bancários, são passíveis de serem valorizados através da reciclagem do plástico que se transforma em peças de mobiliário, com o objetivo de serem oferecidas a instituições de solidariedade social. Desde 2015, foram recicladas mais de 11 toneladas de cartões bancários.

Com esta iniciativa a CGD materializa a sua posição enquanto banco socialmente responsável.

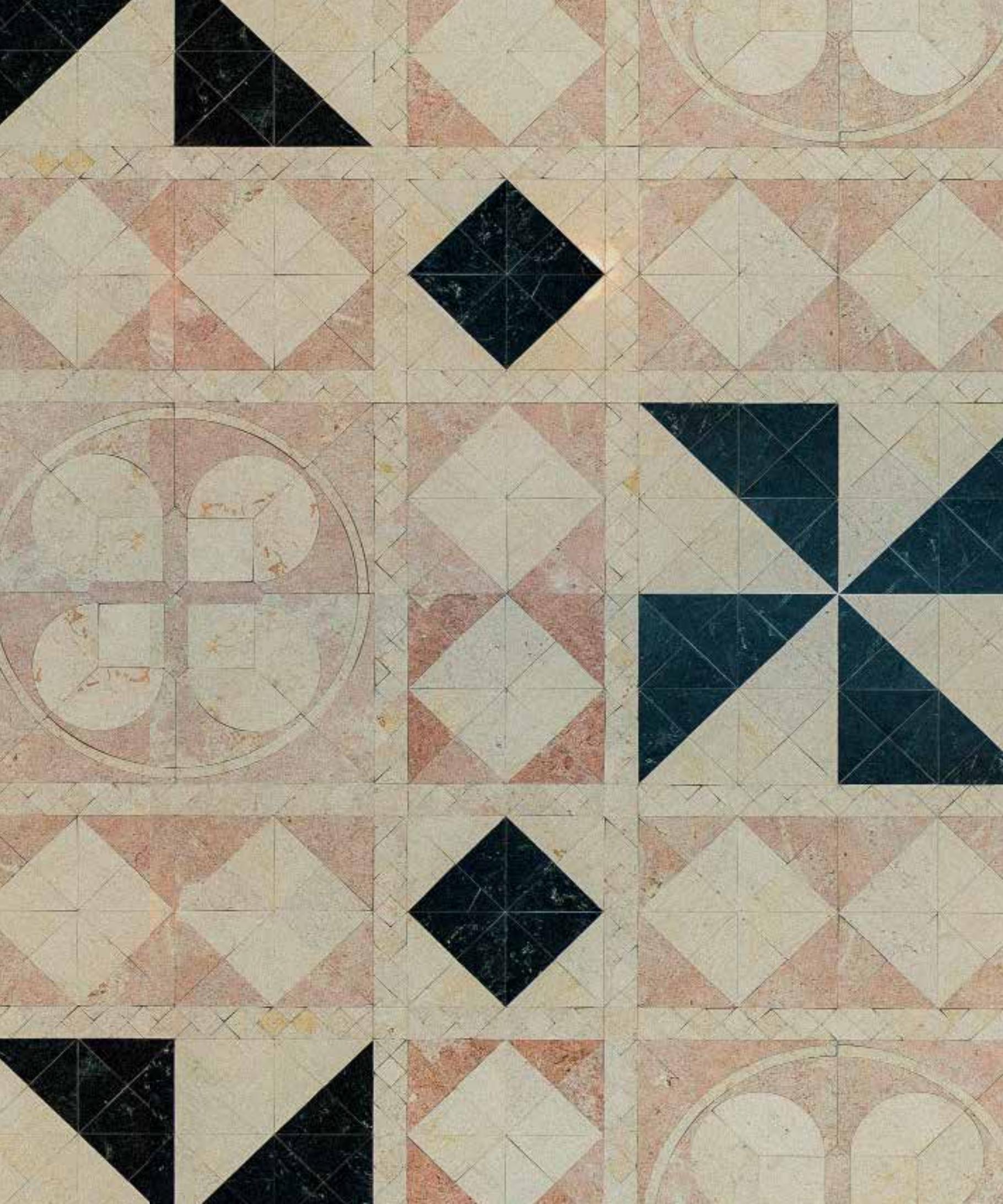
A existência do SGA e do cumprimento da legislação para o efeito, contribui para o alcance do objetivo estratégico da CGD de melhoria da eficiência operacional, monitorizando os consumos de vários aspetos ambientais, associados às atividades desenvolvidas no Edifício Sede.





Caixa Geral de Depósitos, S.A.
Avenida João XXI, n.º 63
1000-300 Lisboa

www.cgd.pt





*Quando a C.G.D decidiu concentrar num
único complexo os seus serviços espalhados
por mais de vinte edifícios na cidade
de Lisboa, criou um acontecimento
arquitectónico de invulgar dimensão (...).*

*Arq.º Arsénio Raposo Cordeiro
in A Nova Sede da Caixa Geral de Depósitos, Ayla Boto*